

A Pessoa com deficiência visual total e a prática da regência.

**Por Viviane Louro
2003**

INTRODUÇÃO

O preconceito e a falta de credibilidade das pessoas no que tange a capacidade das pessoas com deficiência, nesse caso, a visual, ainda são muitas. É comum por parte da sociedade transpor a incapacidade de determinada função física para outros planos da vida do indivíduo com deficiência, ou seja, achar por exemplo, que porque ele não enxergar, então ele não pode aprender, trabalhar ou fazer música.

Sendo assim, o incentivo a essas pessoas, em relação a educação, entre outras áreas, fica segregado a instituições específicas tais como: Instituto Benjamin Constant, Instituto Norina Dowill, Instituto de Cegos Padre Chico, Instituto Lamara, entre outros.

Por esses motivos, o presente trabalho tem como objetivo traçar um paralelo entre a deficiência visual e a prática da regência coral, baseado em experiências de músicos com deficiência visual. O trabalho visa enfatizar as dificuldades pertinentes às pessoas com deficiência visual frente ao aprendizado musical, e o processo criativo pelos quais driblam tais dificuldades.

Portanto, o trabalho é de caráter experimental analítico e multidisciplinar, tendo como embasamento teórico, a fisiologia do gesto e a técnica básica da regência atual, transitando também por autores que abordam o processo criativo, metodológico, e as particularidades da deficiência visual.

O trabalho é composto de uma introdução que apresenta a proposta da pesquisa seguindo de uma primeira parte que está destinada a abordar as

características mais significativas em relação aos com deficiência visual no que envolve sua trajetória e aspectos sociais.

Na segunda parte, há uma seção que aborda as particularidades da deficiência visual frente ao aprendizado musical. Em seguida, uma terceira parte aborda essas particularidades frente a regência, juntamente com uma conceituação básica da técnica regencial e da fisiologia do gesto.

Finalmente, há uma conclusão que tem como objetivo traçar breves considerações pessoais sobre os aspectos considerados no decorrer trabalho e pontuar novas propostas para futuras pesquisas. Também integra essa última parte, a bibliografia consultada para a estruturação deste trabalho.

I - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

I.1 - Breve Histórico

Atualmente as pessoas com deficiências físicas e visuais, principalmente os que possuem condições financeiras favoráveis ou que contam com a colaboração de entidades específicas no que se refere sua reabilitação, estudam, trabalham, passeiam, constroem famílias, ou seja, participam ativamente da sociedade, mas nem sempre foi assim.

Na cultura espartana (séculos IX a VII a.C), por exemplo, uma criança que nascia com uma deficiência qualquer era condenada à morte: atiravam-na do monte Taigeto. Na Idade Média as pessoas acreditavam que as pessoas com deficiência possuíam poderes malignos, sendo assim, eles eram excluídos do convívio social. Por consequência disso, muitos morriam e os que sobreviviam eram ridicularizados, obrigados a mendigar para garantir o sustento diário, ou se tornavam “Bobos da Corte” de nobres Castelos, e viviam em função da vontade de seus Senhores Feudais.

A partir do Renascimento, era da crença na capacidade criadora do homem, a postura da sociedade diante dessas pessoas começou a mudar. As pessoas começaram a encarar a pessoa com deficiência não mais como um peso para a sociedade, mas sim, como alguém que merecia cuidados e poderia ser útil. Logo, essa mudança fez com que iniciativas fossem tomadas para tentar elevar o padrão de vida dessas pessoas.¹

Esses esforços geralmente eram segregados a certas instituições, que mantinham uma condição precária de atendimento às pessoas com deficiência e pouco apoio da parte dos governantes. Sendo assim, o desenvolvimento dessas pessoas, em relação a educação, tratamento, reabilitação e profissionalização foi muito lento. Somente no século XIX a base da reabilitação das pessoas com deficiência foi arquitetada.

Não existe uma data determinada na qual podemos afirmar que essas pessoas passaram, definitivamente, a fazerem parte da sociedade de forma mais ativa, mas alguns acontecimentos, como, por exemplo, a descoberta do raio-x, da anestesia (século XVIII), o surgimento dos direitos e garantias do deficiente, o “Ano internacional dos deficientes” (1981), entre outras coisas, contribuíram para a elevação do padrão de vida de tais pessoas.

Hoje, ouvimos constantemente os termos “inclusão social” e “direitos iguais”. De fato, a sociedade está, atualmente, bem mais preparada a receber e cuidar das pessoas com deficiências do que há alguns anos atrás. Mesmo assim, ainda há grande preconceito por parte das pessoas no que se refere a aceitação dos que são diferentes da grande maioria.

Nos encontramos atualmente na “era da tecnologia”, da Globalização”, onde praticamente qualquer informação pode ser adquirida facilmente. Mesmo assim, a falta de informação por parte das pessoas “não-deficientes” em relação ao universo das com deficiências é o que normalmente gera o preconceito e por consequência disso, a falta de incentivo, falta de credibilidade no potencial dessas pessoas, e uma generalização da incapacidade do indivíduo.

De acordo com a literatura médica, as pessoas com deficiência visual estão divididas em 2 categorias: os cegos (deficiente visual total), ou seja, aqueles que nada enxergam e precisam então do método Braille para sua educação, e os de visão *subnormal* que possuem uma acentuada dificuldade na visão e precisam de recursos didáticos especiais e que usam para ler materiais impressos em edições ampliadas ou outros sistemas.

O nosso trabalho se refere à pessoa com deficiência visual total.

II. 1 - Origem da Comunicação para os com Deficiência Visual

As primeiras instituições criadas para o auxílio na educação de pessoas com deficiência visual, bem como, tentativas para a instalação de um código para escrita e leitura dessas pessoas, deu-se na Europa no século XVIII.

O marco inicial de tais iniciativas foi a fundação do “Instituto Nacional para Jovens Cegos” em Paris no ano de 1784. Nesse Instituto, adotava-se o modelo de ensino baseado não nas letras escritas comum, mas em alto relevo. Entre os séculos XVIII e XIX, outros Institutos foram criados em toda a Europa, com base no Instituto Nacional para Jovens cegos.

Em 1819, esse Instituto recebeu a visita de Charles Barbier, oficial do exército francês que, durante a guerra, criou um código para comunicação noturna entre seus subordinados.

Este código constituía-se de 36 sinais em alto relevo correspondentes aos 36 fonemas da língua francesa. A princípio, houve resistência em adotar os sinais por parte do diretor do Instituto, pois, por serem eles combinações de traços e pontos, não havia a possibilidade de soletrar as palavras.

Após algumas visitas de Barbier ao Instituto, o sistema foi implantado como uso auxiliar para a escrita e leitura dos alunos. Outro método muito comum na época, devido a falta de métodos e materiais adaptados para as pessoas com deficiência visual, era a memorização de textos lidos pelos professores em que os alunos repetiam oralmente.

Após a implantação do sistema de Barbier como método auxiliar, um aluno do próprio Instituto para Jovens Cegos, Louis Braille, seria o responsável pela criação de um sistema de escrita e leitura para cegos. O sistema Braille, portanto, se tornou a linguagem universal dessas pessoas.

I.3 - Louis Braille (1809 - 1852)

Louis Braille nasceu na França na cidade de Coupvray em 1809. Aos três anos, quando brincava na oficina de seu pai, feriu-se no olho com um instrumento de retalhar couro. Em pouco tempo a infecção instalou-se no outro olho, causando-lhe cegueira total dois anos mais tarde.

Em 1817 iniciou seus estudos acadêmicos no Instituto Nacional para Jovens Cegos, dedicando-se aos estudos de maneira árdua, inclusive ao estudo musical.

O estudo musical, bem como as outras disciplinas, consistia em ouvir e reproduzir. Isso fez com que Braille se interessasse em criar um método que facilitasse a leitura e escrita daqueles que nada podiam ver. Quando o método de Barbier foi implantado no Instituto, Braille o aprendeu rapidamente e após alguns estudos, fez adaptações para torna-lo mais simples e completo.

Braille levou até Barbier as adaptações de seu método para discussões. Barbier não aceitou as modificações e por causa disso, Braille resolveu criar um método próprio para leitura e escrita, que foi definitivamente concretizado em 1824.

Em 1829, Braille tornou-se oficialmente professor do instituto. Lecionava Matemática, Gramática, Geografia e Música. Apesar da facilidade e eficácia de seu método frente aos demais, a utilização do código Braille no ensino de cegos em outras localidades da França e da Europa, demorou alguns anos para ser implantado.

I.4 - As Primeiras Iniciativas em Prol dos cegos no Brasil.

No Brasil, a primeira Instituição preocupada com a educação de cegos se deu em 1854 por ordens de D. Pedro II no Rio de Janeiro: o “Imperial dos Meninos Cegos”, hoje conhecido como “Instituto Benjamin Constant”.

A iniciativa para tal instituição foi dada pelo brasileiro José Alvares de Azevedo que em 1853 voltou de Paris, onde estudou durante muitos anos em um instituto para cegos, devido à sua doença visual e a falta de recursos existentes no Brasil.

Ao voltar, José Alvares do Azevedo começou a dar aulas para a filha do médico - também cega - da família Imperial, o Dr. Xavier Sigaud (1797 – 1856). Vendo o progresso rápido em relação à sua filha, o médico foi comunicar ao Imperador, que percebeu a importância de se criar meios para a educação de pessoas com deficiências visuais.

Em 1856, chegaram ao Brasil as primeiras chapas para a escrita em Braille. Isso inclusive colaborou para a ampliação do intercâmbio entre Brasil e França, pois o Brasil foi a primeira língua fora da França a usar o método.

Cláudio Luís da Costa foi o segundo diretor da Instituição. O primeiro foi justamente o Dr. Xavier Sigaud visto que José Alvares de Azevedo, o que idealizou a construção da Instituição no Brasil, havia morrido anos antes, aos 17 anos de idade.

Cláudio Luís da Costa era sogro de um homem chamado Benjamin Constant que lecionava matemática nesse Instituto desde 1861. Por indicação de D. Pedro II, Benjamin Constant passou a dirigir o instituto, e graças a ele, depois de ter conseguido se elevar ao cargo de Ministro de Estado, após a proclamação da República em 1872, obteve o aval para a reforma do prédio que se concluiu em 1890. Foi nesse mesmo ano, no dia 17 de maio que o “Imperial dos Meninos Cegos” mudou de nome e passou a se chamar: “Instituto Benjamin Constant”. (SILVA 1987: 285)

Desde então, diversas outras instituições surgiram no Brasil com a intenção de educar, profissionalizar e inserir a pessoa com deficiência visual na sociedade. Das instituições existentes, além do “Instituto Benjamin Constant” temos em destaque os “Instituto Padre Chico” e “Instituto Dorina Nowill”.

II – A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A MÚSICA

II. 1 - O Código Braille e a Notação Musical

O código Braille é composto por seis pontos dispostos em duas colunas simetricamente distribuídos, (três pontos em cada coluna) e permite 63 combinações. O código Braille é lido da esquerda para a direita, como a leitura convencional, só que com as duas mãos:

- 1- ○ ○ - 4
- 2- ○ ○ - 5
- 3- ○ ○ - 6

Cada conjunto de seis pontos é chamado de “cela“. Esses pontos são combinados entre si para formar as letras, os símbolos matemáticos, químicos, físicos e musicais.

Na escrita musical convencional, a altura das notas depende da posição em que elas se encontram na pauta e somente podemos nomeá-las se denominarmos uma clave antes do início da música. Os valores das notas são indicados pelas figuras, bem como, o silêncio é indicado pelas pausas.

Em Braille, a escrita musical se dá de forma bem diferente. Não há o uso de claves para se indicar as notas e suas alturas. Para que se possa então, denominar uma nota, toma-se por base o teclado do piano e portanto o posicionamento das notas nele. Por exemplo, o “Dó 3”, corresponde ao dó da quarta oitava, independente da existência ou não, de uma clave. Logo, se um

deficiente visual total quiser escrever a nota dó (3), precisará antes do sinal que corresponde ao dó, colocar um outro sinal que indicará a altura dele, ou seja, em que local do piano ele está localizado.

Outra particularidade da escrita musicográfica Braille se refere à leitura dos valores das notas. Não há, em Braille, separação de notas e valores, um único sinal indica a nota e o valor dela.

Por exemplo, as 7 notas em colcheias são²:

○ ○	○○	○○	○○	○○	○○	○○
○ ○	○○	○○	○○	○○	○○	○○
○ ○	○○	○○	○○	○○	○○	○○
DÓ	RÉ	MI	FÁ	SOL	LÁ	SI

As demais figuras são formadas pelos mesmos pontos acima, adicionando-se para cada uma, um outro ponto, formando além das colcheias as semibreves, mínimas e semínimas.

As semicolcheias, fusas e semifusas são constituídas pelos mesmos pontos das semibreves, mínimas e semínimas, respectivamente. O que faz o deficiente perceber se o sinal corresponde, por exemplo, a uma semibreve ou a uma fusa, é a quantidade de notas num compasso. Por exemplo, num compasso 4/4 se tiver somente um sinal que corresponde a semibreve ou fusa, saberá o deficiente que é uma semibreve, mas, se tiver outros sinais além desse, saberá o deficiente que é uma fusa.

Portanto, um aluno de música, cego, só poderá reproduzir um exercício puramente rítmico, se estipular uma nota musical para ele, pois não existe valores independentes das notas.

² Os círculos em negrito são os que ficam em alto relevo na escrita braille, os outros círculos, são meras representações espaciais para o vidente compreender melhor.

II. 2 - Dificuldades da Leitura Musicográfica Braille

Como notamos, a escrita musicográfica pelo código Braille em muito se difere da convencional. O fato de não haver separação entre as notas e seus valores e não haver claves que indique a altura das notas, dificulta a leitura musical nesse código. Mas além dessas, há outras particularidades de tal escrita, que dificulta sua exequibilidade, como por exemplo o uso de barras de repetições, a escrita contrapontística e harmônica, a leitura à primeira vista, e o excesso de páginas que são necessárias para se escrever uma partitura.

II. 2. 1 - Barras de Repetições

Quando há uma peça extensa, onde há repetições nos trechos intermediários, a indicação desta é feita através de símbolos numéricos. Por exemplo:

Em uma peça que possui casa 1 e 2, sendo que a casa 1 corresponde ao 13º e 14º compassos, a 2 se inicia no 15º e há uma barra de repetição entre os compassos 8 e 14, um violonista ao chegar no compasso 14, voltaria para o 8º, repetiria até o 12º, e pularia para o 15º compasso. Na mesma peça, mas em Braille, estaria escrito no 14º compasso que o deficiente deveria voltar 6 compassos, tocar 5 compassos e pular 2, para poder então prosseguir a música

Quando a música precisa ser repetida em sua íntegra, há um sinal ao final dela que indica que deve voltar ao começo e tocá-la novamente.

II. 2. 2 - Contraponto, Harmonia e Leitura à Primeira Vista

Em Braille, é impossível escrever duas ou mais vozes simultaneamente, logo, quando há mais de uma voz, escreve-se primeiro a linha superior, depois a

segunda voz, em seguida a terceira, e assim sucessivamente. Para o deficiente saber que voz é mais grave ou mais aguda, utiliza-se então, sinais de mão esquerda e direita para diferencia-las.

A grafia de acordes também se dá de forma diferenciada. Por exemplo, se tiver um acorde de dó maior com 7^a, escreve-se: em que lugar do piano o dó está localizado, depois um sinal de terça ascendente, um de quinta ascendente e um de sétima ascendente, pois não existe a possibilidade de escrever uma nota sobre a outra.

Outro procedimento impossível para um deficiente visual, é ler à primeira vista, uma vez que, tocar um instrumento acompanhando uma partitura, para ele, torna-se inviável devido ao fato de ambas as atividades necessitarem de suas mãos.

II. 2. 3 - A Partitura Convencional e em Braille

Como demonstrado acima, a escrita musical em Braille difere sensivelmente da convencional, sendo assim, a partitura também é diferente.

A partitura em Braille é produzida num papel especial, de comprimento, largura e espessura maiores do que a tradicional, para não rasgar ao ser perfurada pelos pontos.

Devido à grande quantidade de sinais, bem como, pela impossibilidade de se escrever harmonicamente, a quantidade de páginas aumenta consideravelmente. Por exemplo, numa partitura em Braille, um compasso geralmente ocupa uma linha inteira. Por esses fatores, o manuseio de tal partitura é muito difícil.

Sendo assim, o custo é mais elevado. Isso dificulta os estudos de música aqui no Brasil e justifica a falta de material musical nessa linguagem³.

³ O "Instituto Dorina Nowill", que fica em São Paulo, segundo Calumbi, diz ter um acervo de 400 partituras em Braille. No entanto, quando Calumbi precisou de uma partitura para prestar o vestibular da USP, por problemas burocráticos de tal instituição não conseguiu obtê-la. Para tanto, precisou então, recorrer a um Instituto da Espanha, que em um mês enviou gratuitamente todo o material em Braille que ela havia solicitado.

III- A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A REGÊNCIA

III. 1 – A Regência Hoje

Segundo Baptista (1976), a regência nasceu da necessidade de se manter em uniformidade rítmica e expressiva todos os planos sonoros de uma obra sinfônica. A postura corporal e os movimentos gestuais realizados pelo regente vem se adaptando às diferentes formações instrumentais e corais no decorrer dos anos.

A regência, antes de chegar à que conhecemos hoje, passou por diversas formas ou estilos, de acordo com que sua época exigia. Tivemos a regência quironômica, usada para reger os Cantos Gregorianos, a regência expressiva, regência aplicada no Renascimento, regência de marcação pela pulsação métrica, que consistia na marcação do tempo por batidas no chão de um bastão, entre outras.

A consolidação da regência como a conhecemos atualmente se deu definitivamente no século XIX e teve como marco inicial o Iluminismo, a Revolução Francesa, o aparecimento da grande Imprensa, bem como, em aspectos musicais, a estruturação da Sinfonia Clássica, o desenvolvimento instrumental e a aplicação desse na orquestra. Isso tudo, fez com que a postura da sociedade mudasse diante do valor da interpretação musical, fazendo com que a figura moral do regente se elevasse consideravelmente.

Hector Berlioz (1803 – 1869) é considerado o nome mais significativo para a consolidação da regência moderna, por volta de 1850, bem como, o responsável por uma nova orquestração.

Entre os aspectos técnicos da regência atual temos:

- A posição do Maestro (estático Natural)
- Direcionamento dos diagramas: 1, 2, 3 e 4 tempos
- Direcionamento de diagramas de outras naturezas: 5, 7 etc...
- Uso da batuta para melhor visualização da orquestra
- Busca de planos sonoros
- Posição dos braços que delimitam a clareza e expressão musical:

Tempo - Andamento

Espaço – Dinâmica

Força - Articulação

- A Clareza dos gestos

No que se refere a esse último tópico, vamos aborda-lo mais profundamente, pois os gestos são a essência da regência. É através dos gestos do regente que será possível a interpretação de uma obra musical por parte da orquestra.

É em relação aos gestos que a pessoa com deficiência visual, geralmente, vai ter maior dificuldade no que se refere ao aprendizado da regência.

III. 2 - Os Gestos, o Cego e a Regência

Piaget (1975), afirma que grande parte do desenvolvimento humano ocorre nos primeiros anos de vida através da coordenação das ações sensório-motoras, ou seja, através do perceber, se relacionar e construir uma imagem interna do mundo exterior. O desenvolvimento, principalmente da inteligência depende da relação que a pessoa tem com o mundo externo.

Os sentidos são a base de todo nosso conhecimento sobre o mundo exterior. Entre os sentidos, os olhos estão na raiz de todas as funções intelectuais. (WOLFF 1966). O desenvolvimento da capacidade visual em uma criança normal acontece de maneira espontânea. Ela é motivada a explorar os objetos ao seu redor porque os vê. (SANTOS 2002)

Estudos comprovam que crianças cegas, ou com visão subnormal, têm maiores dificuldades em criar imagens de si mesmas, bem como, de abstrair certos aspectos da vida cotidiana (BRUNO 1997).

Consoante Bruno (1997), *“é a falta de vivência sensório-motora significativa no tempo e espaço que retardam o sistema de representação simbólica e a aquisição de conceitos dessas crianças.”*

Baseados nas afirmações acima, podemos então dizer, que para uma pessoa com deficiência visual total, a construção do mundo a sua volta será mais complexa, justamente por ela não possuir o estímulo natural da visão para a exploração do mundo ao seu redor.

Certamente, a percepção do mundo não se resume somente aos olhos. Sendo assim, uma pessoa com deficiência visual poderá ter uma noção das coisas ao seu redor através das outras funções sensoriais. Essa estimulação por outros meios, deve ser promovida desde seus primeiros dias de vida, para que o déficit da visão não venha também deixar um déficit na construção das impressões exteriores.

O que realmente nos interessa abordar nesse trabalho, não são especificamente as particularidades da deficiência visual, mas sim, as particularidades dela frente a música e mais especificamente frente a regência.

Wolff menciona que as mãos estão diretamente ligadas aos olhos como instrumento da inteligência (WOLFF 1966). Sendo assim, uma pessoa cega vai ter um déficit no que diz ao uso de suas mãos e, conseqüentemente de seus gestos, da mesma forma que tem ela, se não compensado por outros meios, um déficit na construção de sua imagem e na imagem do mundo exterior.

A linguagem gestual está diretamente ligada à comunicação não-verbal. O gesto é uma forma de expressão que acompanha o indivíduo desde seu nascimento. O gesto está presente em todos os momentos de nossas vidas, pode ele demonstrar que estamos irados, tristes ou alegres, sem nem mesmo dizermos uma palavra, bem como, pode o gesto fazer parte de uma língua específica, como

o caso da libras⁴, ou ser parte de signos sociais e culturais de um determinado grupo.

Certamente, a pessoa com deficiência visual que nunca teve a oportunidade de ver nada, em muito perde não podendo usufruir dessa linguagem rica em significado que podem expressar de forma simples, o que muitas palavras não conseguem.

Para a regência, o gesto tem uma crucial importância. É através de gestos convencionados que o regente transmite ao grupo instrumental ou coral os conteúdos intrínsecos de uma obra musical, ou seja, o conteúdo rítmico e expressivo dela. (Kaminski 1997).

Wolff (1966) menciona que, além dos sentidos primários que nos informa sobre o mundo exterior, existe também 3 outros sentidos que nos informa sobre nosso corpo. Seriam eles:

- Cinésico ou do movimento
- Estático ou de posição no espaço
- Cinestésico ou sensações orgânicas

É baseado nesses sentidos, principalmente no cinestésico, que um deficiente vai ter sua maior vivência musical no que se refere à regência. Os movimentos dos gestos necessários para a regência ele vai aprender por uma questão de “formalidade”, visto que ele não pode observar o que aquele gesto significa para os que vêem. Isso não quer dizer que ele não entenda a necessidade ou função de tal gesto, mas de qualquer forma, esse gesto vai fazer mais sentido para as pessoas que os vêem do que para ele mesmo.

Sua posição no espaço terá para ele uma função similar que a dos gestos, ou seja, ele respeitará os padrões e as necessidades espaciais existentes quanto a regência no que se refere sua localização no espaço, mas compreender realmente o que isso significa, principalmente ao grupo que ele rege será mais complicado.

⁴ Linguagem de sinais.

Novamente ressaltamos que não estamos afirmando que uma pessoa com deficiência visual não é capaz de entender as necessidades da relação regente/regido, ou a importância de seus gestos, sua postura ou sua posição. Antes, estamos somente pontuando que para ele será mais difícil visualizar realmente o porquê de tudo aquilo. É como uma pessoa querer descrever o mar a partir do que contaram a ela sobre o que é o mar, mas não por tê-lo visto pessoalmente. A descrição pode até ser precisa e coerente, mas certamente a relação da pessoa com aquilo que ela descreveu seria muito diferente, talvez mais enriquecedora, se ela realmente vivenciasse o mar.

Por isso, acreditamos que a base do aprendizado regencial para uma pessoa com deficiência visual esteja no sentido cinestésico. Às sensações internas que ele terá frente a cada um de seus gestos, e estes, em relação com as respostas musicais obtidas, construirão sua “visão” do que é o grupo que está a sua frente, de qual gesto funciona melhor para obter um determinado resultado, ou do melhor posicionamento em relação ao grupo.

É a partir de suas sensações físicas e orgânicas frente àquela realidade, que os outros dois sentidos que Wolff menciona, ou seja, o movimento e o posicionamento no espaço farão realmente sentido para ele, aí então, ele poderá ter um maior aprendizado e melhor aprimoramento da técnica regencial.

Carlos Kaminski⁵, em sua dissertação de Mestrado que tem por título “O Gesto e o Som”, justamente propõe baseado nas idéias de Charlotte Wolff entre outros autores, um método, em relação ao ensino da regência, diferenciado dos tradicionais. Esse método procura minimizar os bloqueios físicos-emocionais que prejudicam a aprendizagem através do processo criativo aplicado ao gesto.

Para tanto, usa como procedimento a percepção do corpo, a respiração, e a imaginação de um som interior na qual elabora movimentos gestuais a partir da movimentação sonora interna, da improvisação e criatividade em sentir outros gestuemas e ações corporais. (KAMINSKI 1989).

⁵ -Professor Doutor em música e Maestro. Dentre suas atividades, leciona na UNESP (Universidade Estadual Paulista) e dirige da Orquestra de Câmara da UNESP.

Poderíamos traçar um paralelo entre esse trabalho e o processo de aprendizagem da regência por pessoas com deficiência visual, pois para eles, tudo partirá da movimentação interna, de suas sensações cinestésicas para o exterior, como já comentamos anteriormente.

Infelizmente, há poucos estudantes de música cegos que se inclinam para o caminho da regência, sendo assim, temos poucos casos efetivos dentro dessa área. Mas como dissemos anteriormente, não podemos generalizar a deficiência de uma pessoa, levando a incapacidade de certa função para outros planos de sua vida. Se criarmos meios que compensem um determinado déficit, o indivíduo poderá se desenvolver normalmente, e exercer funções que exijam certas especificidades, como é o caso da regência.

Talvez o processo criativo, bem como a conscientização do corpo e exteriorização dos gestos a partir da movimentação interna da pessoa, seja uma solução, ou pelo menos, um caminho que pode ser melhor estudado por professores e estudantes de regência que queiram divulgar e trazer essa arte ao alcance de todos, inclusive de pessoas com deficiência.

CONCLUSÃO

De forma simples e objetiva, tendo como embasamento teórico a fisiologia do gesto e as técnicas básicas da regência, abordamos as principais características da deficiência visual frente a música, mais especificamente frente a regência.

Neste trabalho, mostramos as dificuldades mais significativas que uma pessoa com deficiência visual se confronta em relação a aprendizagem da técnica regencial, e como a criatividade pode colaborar para adaptações de métodos convencionais para as necessidades delas.

Há muitas pessoas com deficiência, no Brasil, que tem uma produção artística, seja musical ou outras, significativas. Infelizmente, isso é pouco divulgado e pesquisado, por esse motivo, nos atemos a esse tema. Nosso país

ainda tem muito o que progredir em termos de oportunidades e condições adequadas ao ensino das pessoas com deficiências.

De qualquer forma, achamos importante o incentivo à pesquisa em questões relacionadas com música e deficiência, pois, como mencionamos na introdução, a literatura que se refere a esse assunto está segregada em sua maioria a livros de musicoterapia. Portanto, mesmo sendo humilde a abordagem desse trabalho, o consideramos valioso, pois tenta trazer à tona uma questão pouco discutida.

Quem sabe se acreditarmos menos nos padrões pré-determinados como a única possibilidade existente, e passarmos a acreditar mais no potencial humano em si e no que ele pode gerar de grandioso, possamos nos tornar uma sociedade mais íntegra e humana.

Conforme deixou registrado Wassily Kandinsky (Do espiritual na Arte):

‘Todos os procedimentos são Sagrados, quando interiormente necessários’

BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, Raphael. *“Tratado de Regência”*. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale. 1976. 77 p.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. *“Deficiência Visual: reflexão sobre a prática pedagógica*. São Paulo: Lamara, 1997. 124 p.

CALUMBI, Cristiane Milene. *“ O Deficiente visual: Estudo e Ensino da Música”*. São Paulo: USP, 2001. 55 p. (Trabalho de Conclusão de Curso –Departamento de Música – ECA)

CARTOLANO, Ruy Botti. *“A expressão corporal como elemento de comunicação do Regente.”* Saõ Paulo: ECA (Dissertação de Mestrado) 1984. 257 p.

FONSECA, Vitor da. *“Educação Especial : Programa de estimulação precoce” – Uma introdução às idéias de Fenerstein*. 2º ed. rev e ampl. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995. 245 p.

GOFFMAN, Erving. *“Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada”* 4º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 158 p.

KAMINSKI, Carlos. *“ O Gesto e o Som: Tópicos metodológicos para o ensino de regência no curso de educação artística”*. São Paulo: USP, 1989. 123 p.

_____. *“ História da Regência nos Séculos XIX e XX”*. São Paulo: Unesp, 1997. 81 p.

MANTOAN, Maria Teresa Egle. *“A Integração de pessoas deficientes: Contribuições para uma reflexão sobre o tema”*. São Paulo: Mennon, Senac, 1997, 235 p .

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *“Fundamentos de Educação especial ”*. São Paulo: Pioneira, 1982. 137 p.

PEREIRA, Kleide do Amaral. *“Pesquisa em Música e Educação”* Rio de Janeiro: Musimed: 1983. 119 p.

PIAGET, Jean. (1896) *“A Construção do real na Criança.”* 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília INL, 1975. 360 p.

SANTOS, Dária Maria de Melo. *“Percepção...Baixa visão...Vida: musicalizar para educar e Integrar socialmente.* São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2002. 102 p. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Otto Marques da. *“ A epopéia Ignorada” – A pessoa deficiente no mundo de ontem e hoje.* São Paulo: CEDAS. 1998. 470 p.

SINASON, Valerie. *“Compreendendo seu filho deficiente”*. Rio de Janeiro: Imago, 101p.

STORTI, Carlos Alberto. *“ Introdução à Regência”*. Uberlândia: EDUFU, 1987. 39 p.

WOLFF, Charllotte. *“Psicologia del Gesto”* Barcelona: Luís Miracle. 1966. 293 p.